



Assembleia Municipal de Vila Real	
Data:	19/04/2018
N.º	27-7
Proc.º n.º	/
Resp. of. n.º	/

CERTIDÃO

João Carlos

----- **DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO**, que da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 26/02/2018, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----**ASSUNTO: - 2ª alteração ao Código Regulamentar do Município de Vila Real – Parte D – Título IV – Capítulo IV – Mercado Municipal - Consulta Pública e Audiência dos Interessados – Relatório**-----

– Presente à reunião informação dos Serviços de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos do seguinte teor:

“Informação

Factos:

A Câmara Municipal na sua reunião de 11-12-2017 deliberou submeter o projeto de alteração do Código Regulamentar de Vila Real -Parte D – Título IV – Capítulo IV – Mercado Municipal a consulta pública e audiência dos interessados.

Assim, através do Aviso n.º 193/2018 publicado na II Série do Diário da República em 3 de janeiro de 2018, foi tornado público o início do período de consulta pública e audiência dos interessados do Projeto de Alteração do Código Regulamentar do Município de Vila Real – Parte D – Título IV – Capítulo IV – Mercado Municipal, com a informação de que o projeto de alteração do Código estaria disponível para consulta no *site* institucional do Município e que, os interessados, querendo, poderiam dirigir por escrito as suas sugestões ao Município.

Simultaneamente foram notificadas para se pronunciarem, as seguintes entidades representativas dos interesses em causa:

- Associação dos Vendedores Ambulantes Portugueses;
- Associação de Feiras e Mercados da Região Norte;
- Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho e
- DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor.

António



O período de consulta pública e audiência dos interessados teve a duração de 30 dias úteis, que terminou no dia 15 de fevereiro.

Findo o referido período, constata-se que não foram apresentadas sugestões ou quaisquer contributos, pelo que, a redação do projeto de alteração ao Código Regulamentar apresentado na reunião de Câmara de 11 de dezembro de 2017 mantém-se inalterada.

Conclusão:

Face ao exposto, nos termos do disposto na al. g) do n.º 1 do art.º 25º, e na alínea k) do n.º 1 do art.º 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

Submeter a proposta de alteração ao Código Regulamentar à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da versão apresentada em anexo”.

O **Diretor do DAF** emitiu o seguinte parecer:

“Ao Sr. Presidente, Concordo. Pode ser submetido à reunião de CM para aprovar submeter à Assembleia Municipal”.

Por despacho de 20/02/2018 o **Senhor Presidente da Câmara**, remeteu o assunto à reunião do Executivo Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Aprovar a proposta de alteração do Código Regulamentar de Vila Real - Parte D - Título IV- Capítulo IV - Mercado Municipal e submeter à aprovação da Assembleia Municipal nos termos previstos na g) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 16 de abril de 2018.-----

O DIRETOR

(Dr. Eduardo Luis Varela Rodrigues)

Preâmbulo

O Código Regulamentar do Município de Vila Real foi submetido a reunião do Executivo Municipal em 15 de junho de 2016 e aprovado pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 28 de junho do mesmo ano, tendo sido publicado na página da internet do Município de Vila Real e no Diário da República em 3 de agosto de 2016 através do aviso n.º 9635/2016 e entrado em vigor no dia 10 de agosto de 2016.

No Capítulo IV do Título IV da Parte D do referido Código consta regulamentada a matéria referente ao mercado municipal tendo por referência, nomeadamente o D.L. n.º 10/2015 de 16 de janeiro, diploma que aprovou o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração.

Atendendo ao projeto em curso de recuperação e beneficiação do Mercado Municipal e do seu eventual financiamento através de fundos comunitários, torna-se necessário adaptar as regras de funcionamento deste equipamento, nomeadamente através da referência expressa ao facto de o mercado também estar adstrito à comercialização de produtos provenientes de produtores locais, situação que se tem vindo a verificar, nomeadamente, com a realização semanal do “Mercado dos Produtos da Terra”.

Assim, através do Aviso n.º 193/2018 publicado na II Série do Diário da República em 3 de janeiro de 2018, foi tornado público o início do período de consulta pública e audiência dos interessados do Projeto de Alteração do Código Regulamentar do Município de Vila Real – Parte D – Título IV – Capítulo IV – Mercado Municipal, com a informação de que o projeto de alteração do Código estaria disponível para consulta no site institucional do Município e que, os interessados, querendo, poderiam dirigir por escrito as suas sugestões ao Município.

Simultaneamente, em cumprimento do disposto no art.º 100º do C.P.A. e na legislação habilitante, procedeu-se à audiência, por igual período, das seguintes entidades representativas dos interesses em causa:

- Associação dos Vendedores Ambulantes Portugueses;
- Associação de Feiras e Mercados da Região Norte;
- Associação de Feirantes do Distrito do Porto, Douro e Minho e
- DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor.

Concluído o período de consulta pública e audiência de interessados, não foram apresentadas sugestões ou quaisquer contributos, pelo que, se propõem a presente alteração, o que se faz nos termos a seguir mencionados.

Artigo 1º

Alteração ao Código Regulamentar do Município de Vila Real

Os artigos D-4/32º e D-4/33º do Capítulo IV do Título IV da Parte D do Código Regulamentar do Município de Vila Real passa a ter a seguinte redação:

«Artigo D-4/32º

Mercado Municipal

- 1 - (...)
- 2 - (...)
- 3 – Mediante prévia autorização da Câmara Municipal, podem também instalar-se nas lojas que integram o edifício do Mercado Municipal atividades compatíveis com a atividade comercial ou de serviços.
- 4 – Revogado

Artigo D-4/33º

Setores do mercado

- 1 – (...)
 - a) Setor superior (praça) – destinado ao Mercado de Produtores, reservado a produtores locais agrícolas, pecuários, agroalimentares e artesãos, cujos produtos sejam exclusivamente de produção própria, produzidos na área geográfica correspondente ao concelho.

b) (...)

c) Setor inferior – destinado à venda de produtos agrícolas e agroalimentares, aves e leporídeos, produzidos em áreas geográficas diversas, assim como, na parte exterior deste setor, à utilização como estacionamento temporário destinado as clientes d mercado.

2 – (...)

3 – (...)»

Artigo 2º

Alteração ao Anexo I (Glossário) do Código Regulamentar do Município de Vila Real

O ponto D.4. – Feiras, mercados e venda ambulante do Anexo I (Glossário) do Código Regulamentar do Município de Vila Real passa a ter a seguinte redação:

a) (...)

b) (...)

c) (...)

d) (...)

e) (...)

f) (...)

g) (...)

h) (...)

i) (...)

j) (...)

k) Produção local: os produtos agrícolas e agroalimentares, aves e leporídeos, produzidos na área geográfica correspondente ao concelho onde se situa o mercado local de produtores e concelhos limítrofes;

- l) Produtos transformados: os produtos resultantes de transformação de produtos alimentares de origem agrícola;
- m) Venda direta: o fornecimento direto pelo produtor primário ao consumidor final dos produtos provenientes da sua própria produção, assim como de produtos agrícolas transformados destinados a serem utilizados como géneros alimentícios, observando os requisitos legais, a existirem.

Artigo 3º

Aditamento ao Código Regulamentar do Município de Vila Real

É aditado ao Capítulo IV do Título IV da Parte D do Código Regulamentar do Município de Vila Real o seguinte artigo:

Artigo D-4/66º -A

Deveres dos produtores

Sem prejuízo das obrigações constantes no artigo anterior que eventualmente se apliquem, constituem deveres dos produtores:

- a) A presença obrigatória do produtor ou de representante da exploração no local da venda, podendo os grupos de produtores ser representados por um produtor ou por um representante do grupo;
- b) A identificação dos produtores e da respetiva exploração;
- c) A disponibilização de informação sobre a qualidade, origem e métodos de produção dos produtos comercializados.

Artigo 4º

Entrada em vigor

A presente alteração ao Código Regulamentar do Município de Vila Real entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.